

**HABEAS CORPUS Nº 483.906 - SP (2018/0333193-3)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : PAULO ROGERIO COMPIAN CARVALHO**  
**ADVOGADO : PAULO ROGÉRIO COMPIAN CARVALHO - SP217672**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : SAVIO MATTHAUS DALACQUA DOS SANTOS**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **SAVIO MATTHAUS DALACQUA DOS SANTOS** contra decisão que indeferiu a medida liminar em *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se dos autos que o paciente foi condenado à pena privativa de liberdade de 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão, em regime semiaberto, negado o recurso em liberdade.

O impetrante sustenta, em síntese, que a decisão é "inidônea, pois se utiliza da gravidade abstrata do delito, argumentos genéricos, bem como eventual antecipação da pena em definitiva para justificar a prisão" (e-STJ, fl. 2).

Pleiteia a superação da Súmula 691 do STF e a revogação da prisão preventiva imposta ao paciente.

O pedido liminar foi deferido.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem.

**É o relatório.**

Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo nos casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

No caso, observa-se flagrante ilegalidade a permitir a superação do referido óbice sumular.

Dispõe o art. 387 do Código de Processo Penal, em seu § 1º, que o juiz, quando da prolação da sentença, decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou decretação da segregação cautelar.

*In casu*, o paciente, condenado à pena de 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão, teve a prisão preventiva mantida na sentença condenatória, nos seguintes termos:

"Passo a dosar as penas. Atento à diretriz do artigo 59, do Código Penal, observo que o réu é primário e confessou espontaneamente a prática do delito, razão pela qual a sua pena-base fica estabelecida no mínimo legal de 05(cinco) anos de reclusão e 500(quinhentos) dias-multa, de menor valor. Presentes os requisitos do parágrafo 4º, do artigo 33, reduzo a pena em dois terços, totalizando 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, de menor valor. Como o réu está preso pelo processo, desde 22 de maio de 2018, poderá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade no regime semiaberto. **Preso preventivamente, merece ser mantida a custódia cautelar, para garantia da ordem pública e segurança da**

**futura aplicação da lei penal, de modo que não poderá apelar em liberdade.** Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE em parte a ação penal e condeno SAVIO MATTHAUS DALACQUA DOS SANTOS, RG.41.721.039, às penas de 01(um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, no regime inicial semiaberto, e pagamento de 166(cento e sessenta e seis) dias-multa, de menor valor, como incurso no artigo 33, §4º, da Lei 11.343/06. Recomende-se o réu na prisão em que se encontra. Determino o perdimento da quantia em dinheiro apreendido em favor da União, visto que diretamente ligados à prática do comércio ilícito de entorpecentes, nos termos do art. 63 da Lei 11.343/06. Transitada em julgado expeça-se guia." (e-STJ, fl. 33).

O Juízo sentenciante, ao manter a prisão preventiva do paciente, o fez com simples menção ao disposto no art. 312 do CPP, sem a indicação de qualquer elementos concreto que indicasse porque ela seria necessária à garantia da ordem pública e à futura aplicação da lei penal.

Como se vê, não foram apontados dados concretos a justificar a segregação provisória que, inclusive, mostra-se desproporcional, se considerada a pena e o regime fixados na sentença.

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. TRÁFICO DE DROGAS. CONDENAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA SENTENÇA. GRAVIDADE ABSTRATA. TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. Para a decretação da prisão preventiva é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, ainda que a decisão esteja pautada em lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.

3. Caso em que o paciente, preso há mais de 7 meses, foi condenado à pena de 1 ano e 8 meses, mantida a prisão cautelar sem fundamentação concreta, com base apenas na gravidade abstrata do crime, mesmo diante de todas as circunstâncias judiciais favoráveis reconhecidas na sentença. Certificação do trânsito em julgado para a acusação.

Constrangimento ilegal evidenciado. Precedentes.

4. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício."

(HC 471.754/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE ABSTRATA E HEDIONDEZ DO CRIME. QUANTIDADE DE DROGAS QUE NÃO DENOTA, POR SI SÓ, A PERICULOSIDADE DO AGENTE. RECURSO PROVIDO.

1. O Recorrente foi preso em flagrante, no dia 11/06/2018, e sentenciado pela prática do crime de tráfico de drogas à pena de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, sendo-lhe vedado o apelo em liberdade.

2. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a manutenção da custódia cautelar no momento da sentença condenatória, em hipóteses em que o acusado permaneceu preso durante toda a instrução criminal, não requer fundamentação exaustiva, sendo suficiente, para a satisfação do art. 387, § 1.º, do Código de Processo Penal, declinar que permanecem inalterados os motivos que levaram à decretação da medida extrema em um primeiro momento, desde que estejam, de fato, preenchidos os requisitos legais do art. 312 do mesmo diploma.

3. No caso, verifico que o Magistrado a quo apenas consignou que o Paciente permaneceu preso durante a instrução criminal e ressaltou a natureza hedionda do crime de tráfico de drogas, deixando, todavia, de justificar concreta e adequadamente em que medida a liberdade do Condenado poderia comprometer a ordem pública ou econômica, ou, ainda, a aplicação da lei penal, bem como a insuficiência das medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

4. O Juízo sentenciante entendeu, ainda, pela manutenção da prisão preventiva do Condenado sob o fundamento de que descabe concessão de liberdade provisória na hipótese de prática de delito de tráfico de entorpecentes, em flagrante inobservância ao disposto pelo egrégio Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do RE n.º 601.384/RS, em regime de Repercussão Geral.

5. A quantidade de drogas apreendida - cerca de 60g de cocaína - - ou a anterior condenação à prestação de serviços à comunidade pelos crimes de injúria e ameaça não são capazes de demonstrar, por si só, o periculum libertatis do Recorrente.

6. Recurso ordinário em habeas corpus ao qual se dá provimento para revogar a prisão preventiva do Recorrente, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação de prisão provisória, por fato superveniente a demonstrar a necessidade da medida ou da fixação de medidas cautelares alternativas (art. 319 do Código de Processo Penal), desde que de forma fundamentada."

(RHC 109.799/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 05/06/2019)

Diante do exposto, **não conheço** do *habeas corpus*. Contudo, **concedo a**

**ordem**, de ofício, para, confirmando a liminar anteriormente deferida, revogar a prisão preventiva imposta ao paciente, mediante a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, a critério do Magistrado de primeiro grau.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro **RIBEIRO DANTAS**

Relator

